



MENSAGEM nº 04, 21 de julho de 2017.

Caríssimos Membros e Servidores,

Iniciamos a semana publicando NOTA, para esclarecimento da população, em defesa da independência funcional dos órgãos de execução e reafirmando o destemor da instituição em cumprir sua missão constitucional, investigando, de modo impessoal, qualquer fato que possa ferir a ordem jurídica. Em ofício ao Presidente do TJMA, representamos pela apuração de suposto vazamento de sigilo judicial em face de autos tramitando na 3ª Vara Criminal da capital.

Na mesma linha, instalamos **FORÇA-TAREFA**, com os novos oito Promotores de Justiça, para apoiar, de 17 a 27 deste mês, as Promotorias de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público. Após esse período, seguirão esses colegas para auxílio dos Promotores de Justiça de Açailândia, Buriticupu e Coroatá, além de substituírem em Promotorias em que os titulares estão afastados ou em que há vacância dos cargos.

No extremo sul do Estado, em Alto Parnaíba, acompanhamos o lançamento, com diversas autoridades, da campanha **MARANHÃO CONTRA AS DROGAS**. Já na Baixada maranhense, presenciamos, de igual modo, a ativa atuação dos membros do Ministério Público durante o **multirão carcerário**, quando foram despachados mais de 300 processos em Pinheiro.

Em Santa Helena, participamos da assinatura, pelo Prefeito Municipal, da doação de imóvel para a construção de nova sede da Promotoria de Justiça da comarca. A convite da ex-Procuradora-Geral de Justiça Elimar Figueiredo, ainda em Santa Helena, prestigiamos a inauguração do fórum Des. José Antonio Almeida e Silva, nome de seu falecido esposo.

No plano administrativo, tivemos muitas conquistas. O sindicato dos servidores foi recebido em reunião, para discussão de assuntos de interesse da categoria. Tivemos a publicação das lotações dos analistas e técnicos ministeriais cujos cargos foram recentemente criados, com o propósito de avançarmos na meta das Promotorias-Padrão, unidades ministeriais de mesma entrância com igual número de servidores, além de darmos mais um passo no funcionamento dos Núcleos de Assessoria Técnica Regionalizados – NATARs, reforçando a linha de regionalização dos serviços da Procuradoria Geral de Justiça. Foi publicado, também nesta semana, o resultado final do segundo processo de **seleção de estagiários** nos últimos meses, garantindo nossas unidades como campo de formação profissional e apoiando o trabalho das Promotorias de Justiça por todo o Estado. Nessa relação com o mundo acadêmico, assinamos **Acordo de Cooperação Técnica com a UEMA**, objetivando parceria na realização de perícias, projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, estudos e assessoramento técnico e programas de capacitação de pessoal (aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação).

O programa INTEGRAR realizou diversas visitas técnicas aos núcleos socioambientais da **ECOLIGA**, para troca de experiências, concluindo-se a semana, nesse ponto, com uma reunião, no TRE/MA em que o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou o MPMA.

Em termos institucionais, muitas movimentações. O Caop Criminal e os Promotores de Justiça da execução penal da capital participaram de reunião, no gabinete do Procurador-Geral, com organizações não-governamentais com atuação no sistema ONU de direitos humanos, apresentando relatório com os dados compilados pelo Ministério Público acerca de homicídios e práticas de tortura no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, destacando que a divergência dos números entre os diversos órgãos relacionados ao tema será superada com a efetivação do acordo sobre o compartilhamento das bases eletrônicas, pelo webservice. O Caop Criminal compartilhará trimestralmente seus dados com as ONGs, em mais uma atitude de busca da transparência na defesa dos direitos humanos.

Por iniciativa do Caop do Consumidor, foi realizada reunião para a discussão de estratégias para a melhoria dos serviços de telecomunicações no Maranhão, contando com a participação de membros da instituição, do MPF, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de representantes das operadoras de telefonia no Maranhão - Claro Brasil, Vivo, Oi e Tim Celular. A transformação desses encontros em um fórum permanente para a área foi a proposta resultante.

O Caop/PROAD possibilitou a membros e servidores do Ministério Público participação em treinamento para utilização do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), parte de um termo de cooperação técnica, assinado em maio deste ano com a Secretaria de Transparência e Controle-STC, facilitando a obtenção de informações e/ou documentos dos órgãos do Governo do Estado.

Já o Caop da Educação está reordenando, com os demais parceiros da ação interinstitucional **“O DINHEIRO DO FUNDEF É DA EDUCAÇÃO. POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS OS MARANHENSES”**, as ações conjuntas, após decisão da presidência do STF suspendendo, a pedido do TCE/MA, liminar do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) na parte em que obsteu a atuação da Corte de Contas na fiscalização dos contratos firmados, com inexigibilidade de licitação, entre 104 municípios maranhenses e um escritório de advocacia, condicionando o STF, ainda, o pagamento de honorários ao mencionado escritório à conclusão da análise da validade dos contratos pelo Órgão de Controle Externo. Por recomendação do MPMA, vários municípios já exerceram a autotutela e cancelaram esses contratos cuja inexigibilidade é também questionada em 15 ações civis públicas ajuizadas com o mesmo fim.

Finalizo com a informação de que, com tristeza, assinei o Ato nº 372/2017-GPGJ, demitindo, pela perda de cargo de Promotor de Justiça determinada em ação própria já transitada em julgado, o então titular da 17ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena da capital, pela prática de conduta reconhecida como ilegal pelo Judiciário, após processo em que lhe foi garantida plenitude de defesa. Como membros do Ministério Público, temos o dever do exemplo da probidade em nossa atuação e de compromisso com a missão constitucional que todos juramos cumprir, cortando na própria carne, sem titubeio, quando preciso.

Que Deus nos abençoe a todos!
Até a próxima!



Luís Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça